

Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação

Neli Aparecida de Mello-Théry

Doutora em Geografia – USP/Universidade de Paris - Nanterre
Professora associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo - Curso de Gestão Ambiental
e-mail: namello@usp.br

Veronique Van Tilbeurgh

Doutora em Sociologia
Maitre de conférences – Département de Sociologie
Laboratoire COSTEL, LETG UMR 6554-CNRS, UFR de Sciences Humaines
Université de Rennes 2
e-mail: veronique.vantilbeurgh@uhb.fr

Resumo

Neste artigo pretende-se mostrar a transformação do ideário de desenvolvimento sustentável expresso pelos atores que, à sua maneira, se reapropriaram do mesmo, à escala local. Resultado de uma pesquisa multidisciplinar, o mesmo se fundamenta na análise e avaliação de uma experiência de desenvolvimento sustentável no estado do Pará, destacando os mecanismos de adaptação desta noção pelos atores locais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, teologia da libertação, atores locais, Parauapebas – PA, agricultura familiar.

Abstract

From liberation theology to sustainable development in the Brazilian Amazon: Political and social interpretative mechanisms

This article examines transformations of the concept of “sustainable development” expressed by actors who claimed to implement the concept at the local level. The result of a multidisciplinary research project, it is based on analysis and evaluation of an experiment in sustainable development in Pará state.

Keywords: sustainable development, liberation theology, Parauapebas - PA, family farming.

Résumé

Théologie de la libération pour le développement durable dans l'Amazonie Brésilienne: les mécanismes politiques et sociaux pour sa interprétation

Le but de cet article est de montrer la transformation des conceptions du développement durable chez les différents acteurs qui se les sont appropriées à l'échelle locale. Il s'agit des résultats d'une recherche multidisciplinaire qui a analysé et évalué une expérience de développement durable dans l'État du Pará. Il met en relief les mécanismes d'adaptation de la notion de durabilité par les acteurs locaux.

Mots-clés: Développement durable, théologie de la libération, acteurs locaux, Parauapebas – PA, agriculture familiale.

Introdução

O objetivo do desenvolvimento sustentável é contribuir para uma mudança das práticas humanas considerando-se os fatores econômicos, ambientais e sócio-políticos. Para Vivien (2005) este conceito corresponderia a uma nova maneira interpretar a noção do tempo de evolução das sociedades e a maneira pela qual enquadram suas atividades ao conceito de sustentabilidade.

Esta noção foi disseminada por instâncias políticas internacionais e nacionais com a ambição de desenvolver programas de ação específica, entre os quais alguns voltados à mobilização dos atores locais.

Nosso ponto de partida é a noção de regulação conjunta tal como é descrita por Reynaud (1993) para compreender o processo pelo qual as regulações trazidas pelos organismos internacionais e nacionais tentam modificar as práticas individuais já submetidas às suas próprias regulações.

Assim, os mecanismos utilizados pelos atores para adaptar em escala local esta noção serão objeto de análise deste artigo. Os mesmos integram a pesquisa que avaliou a implantação de treze experiências de desenvolvimento sustentável na Amazônia, comparando-se a importância e a influência de seus resultados para as mudanças de comportamento das populações beneficiadas e os determinantes de sustentabilidade. Cada experiência sustentável foi objeto de pesquisa de campo por equipes multidisciplinares e de uma análise cartográfica, localizando-os em seu contexto regional e objetivando estudar de maneira integrada as dimensões ambientais (desmatamento, poluição), sócio-demográficas (além dos critérios clássicos da demografia, os percursos individuais obtidos a partir do método de tríplex biografia) e econômicas (nível de vida das populações, produtos e fluxos engendrados pelos projetos sustentáveis, etc.). Todos os casos foram analisados a partir de um único quadro de referências, de maneira a permitir a comparabilidade entre os diferentes componentes das experiências.

As comunidades estudadas possuem uma população de tamanho reduzido (de 20 a 150 famílias). Um leque de situações presentes na Amazônia brasileira serviu para o enquadramento das experiências selecionadas: os tipos de população (comunidades indígenas, comunidades tradicionais, pequenos colonos, habitantes de áreas urbanas), os cinco tipos de financiamento (internacional, público nacional, fundações privadas, oriundos de ONG internacionais, nacionais ou locais e pela indústria), tipo de projeto (artesanato, valorização dos recursos vegetais, implantação de novas práticas produtivas, cadeia industrial da madeira etc.).

Bases de dados serviram para identificar os “determinantes” de sucesso, da importância da experiência ou de seu insucesso, relacionando-os aos perfis das comunidades e tipologias de seus desenvolvimentos.

Estas bases de dados geográficos (SIG) compreenderam os resultados das pesquisas biográficas; as análises cartográficas do meio ambiente, da comunidade e das pressões internas e externas existentes sobre seu território, estabelecidas a partir da interpretação de imagens de satélite de alta resolução; os resultados econômicos ligados aos projetos de desenvolvimento sustentável e os indicadores relacionados com a comunidade (renda, situação sanitária, analfabetismo etc.) Os dados foram espacializados para permitir as configurações dos fenômenos e suas análises e, simultaneamente, serviram para o estabelecimento de modelos estatísticos e gráficos.

O nosso enfoque tem como objetivo compreender o funcionamento dos mecanismos de regulação sobre a Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Carajás (COOPER) e seus cooperados. Localizada em Parauapebas - PA, uma região que foi marcada pela força de transformação das frentes pioneiras dos anos 1980, esta cooperativa experimenta implantar,

desde o final dos anos 1990, o desenvolvimento sustentável, graças particularmente, aos investimentos internacionais (PPG7) e federais¹.

O desenvolvimento sustentável e a regulação social

Analisar o desenvolvimento sustentável a partir da noção de regulação social significa questionar as novas modalidades de regulação das relações sociais geradas pelas instâncias políticas internacionais e nacionais. Todas as atividades humanas estão marcadas por estas novas regras, ao mesmo tempo em que o são pelo sistema já existente. Nesta perspectiva, implantar o desenvolvimento sustentável decorre da evolução das formas de regulamentação das atividades e, mais precisamente, aquelas dos mecanismos pelos quais as mesmas se transformam. Reynaud (1993) examina estes mecanismos por meio da noção de regulação conjunta. Segundo este autor, a regulação de uma atividade resultaria do controle, prescrita por meio de regulamentos e diretivas de todas as formas e aplicada no âmbito de uma hierarquia, e uma regulação autônoma com a ação do coletivo realizada pelos atores sociais.

A regulação conjunta traduz a existência de duas estratégias coletivas, mas de um único desafio. E, se configurara todas as vezes que houver intervenção de um indivíduo ou grupo sobre a atividade, a organização ou o funcionamento de outro grupo, parafraseando Reynaud (1993).

Nesta perspectiva, a análise das experiências de desenvolvimento sustentável leva em consideração a maneira pela qual as novas modalidades de regulação, de controle se articulam com os códigos implantados pelos atores sociais. Reynaud (1993) identificou diferentes articulações possíveis que são raramente exclusivas da sua oposição ou seu reforço mútuo, cujas características estão ligadas aos mecanismos de percepção ou adaptação das prescrições pelos atores sociais. Com a noção de desenvolvimento sustentável (cf. o relatório Brundtland) sua margem de autonomia parece, a priori, ampliada.

Boyer e Saillard (2002) tentaram definir mais precisamente o conteúdo das regulações assim como suas formas institucionais. Segundo esses autores, as regulações enquadram os comportamentos por meio de três princípios de ação:

- as normas e regulamentos definidos em um nível coletivo têm um caráter coercitivo;
- os compromissos negociados, desde que produtos de acordos entre as partes e traduzidos em convenções oficiais, engajam seus membros;
- a comunidade de um sistema de valores ou de representações gerais de comportamentos rotineiros ou uma convenção tácita;

Estes autores distinguiram também cinco grandes formas institucionais geradoras de regulações diferentes: a moeda, os salários, as formas de concorrência, o regime internacional e as formas de intervenção do Estado.

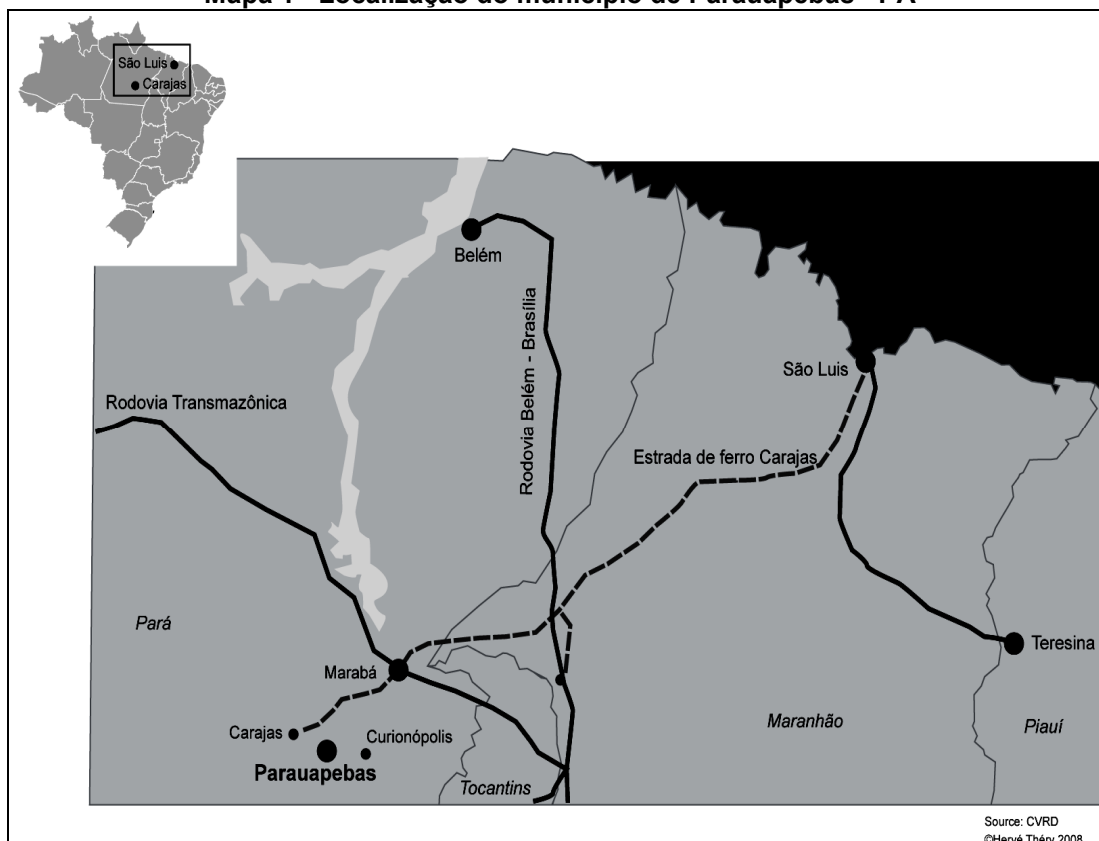
A partir de uma análise que integra os diferentes conteúdos e formas de códigos, procuramos demonstrar os mecanismos que permitem a articulação dos dois tipos de regulação estudados. Aplicadas a este trabalho empírico – estratégias de sustentabilidade da cooperativa - visa mostrar os processos de adaptação das normas pelos atores sociais relacionadas a uma problemática comum, a comercialização de frutos na Amazônia brasileira pela COOPER. Esta cooperativa tenta articular as normas geradas pelas instâncias políticas nacionais e internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e as estratégias de comercialização dos frutos produzidos pelos agricultores familiares.

De fato, no início dos anos 1990, a agricultura familiar reproduzia um modelo pouco preocupado com o meio ambiente. A cultura de frutas regionais, em Parauapebas, foi vista

¹ Este artigo foi apresentado no *Colloque de l'Association Internationale des Sociologues de Langue Française*, Istambul, Turquia (2008) e modificado para publicação em português. Ele resulta de uma pesquisa realizada por uma equipe multidisciplinar composta por Hervé Théry (diretor de pesquisa no CNRS), Evelyne Gaucher (professora-doutora na Universidade François Rabelais, Tours), Guillaume Marchand (doutorando no CNRS-CREDAL) e pelas duas autoras do presente artigo.

como um meio de melhorar as condições de vida dos agricultores, tornando-os menos vulneráveis às flutuações do mercado, mas procurava também diminuir a pressão antrópica sobre os ecossistemas florestais. Em meados dos anos 1990, o Fundo Constitucional do Norte “Especial” (FNO) começa a dar meios para modificar o desenvolvimento agropecuário na Amazônia, visto como parcialmente responsável pela degradação dos ecossistemas locais. Contudo, a falta de assistência técnica e de envolvimento dos colonos, valorizando um modelo essencialmente pecuário, resultou em conseqüências desastrosas em termos de produção e, portanto, de renda para os agricultores. Apesar destas dificuldades, o FNO “Especial” foi a origem do aparecimento das plantações comerciais de frutas na região.

Mapa 1 - Localização do município de Parauapebas - PA



A ideia de criar uma cooperativa de transformação dos frutos emergiu progressivamente. Realmente, desde o final dos anos 1980, dois padres italianos apoiados por uma ONG haviam implantado uma cooperativa para os agricultores habitantes de áreas de colonização ao sul de Parauapebas. Esta primeira estrutura visava facilitar a compra de produtos necessários aos colonos. A COOPER, criada por três associações implantadas em diferentes áreas de assentamentos da reforma agrária, retomou a organização, modificando, porém, seu objetivo. Sua zona de influência também foi ampliada. A COOPER foi criada em 1997 com financiamento obtido junto ao governo federal (Projeto PD/A²) no âmbito do PPG-7³. Seu objetivo era de comercializar a polpa de frutos regionais, o que demandava

² O Projeto Demonstrativo tipo A (PD/A), subprograma do PPG7, apoiou majoritariamente o agro-extrativismo. Estes projetos foram concebidos como experiências de desenvolvimento sustentável e deveriam servir de modelo para as comunidades vizinhas, financiando atividades alternativas ao desmatamento e ao uso do fogo.

³ O PPG7 – Programa piloto de proteção das florestas tropicais no Brasil, de doações, foi proposto pela Alemanha, em 1990 em Houston, e aceito pelos outros países do G7. Foram aproximadamente 250 milhões de dólares com 4 objetivos: reduzir o desmatamento, difundir experiências de modelos de desenvolvimento sustentável por meio da valorização dos ecossistemas locais, identificar novas formas de cooperação multilaterais. Somente 4 anos após, em 1994, as primeiras experiências foram

investimentos em equipamentos, tanto para estocagem em câmara fria quanto para transformação. No início, a COOPER produziu 20 toneladas de polpa. Progressivamente, ela conseguiu aumentar a capacidade de produção, graças ao apoio constante do governo brasileiro no contexto de seus programas voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável. Ao longo do tempo, a cooperativa diversificou seu processo de transformação dos frutos, produzindo bombons e geleia. Todos os produtos são vendidos com o selo de “Tentação Amazônica”, com auxílio de uma cooperativa de Marabá.

Apesar de todo o esforço, o impacto local desta cooperativa é ainda reduzido. Somente 5% dos agricultores em assentamentos agrários vendem seus frutos para a COOPER, ou seja, cerca de 250 agricultores, dentre os quais 70 são membros⁴. Contudo, no nível micro-regional, 30% dos frutos transformados vêm de cooperativas filiadas à COOPER. Esta cooperativa produziu 204 toneladas de frutos transformados em 2006 e 270 toneladas em 2007. Para obter uma renovação dos recursos do PPG7 em 2006, definiu suas estratégias de comercialização, mas seu principal problema continuou sendo a falta de mercados para seus produtos. Uma das estratégias escolhidas foi criar uma rede de “comércio solidário” onde as cooperativas semelhantes venderiam sob uma única marca. A atividade da COOPER se fundamenta sobre o engajamento de parceiros que são, em particular, a Prefeitura de Parauapebas (principal cliente da cooperativa), a empresa Vale⁵ (que oferece diferentes apoios), o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio, ex-IBAMA, que a apoia tecnicamente) e o G7 por intermédio do governo brasileiro. Um compromisso para comercialização dos frutos foi acordado entre estes atores e a COOPER, e, representa, na verdade, um sistema negociado de regulações conjuntas.

Os modelos de desenvolvimento sustentável e os mecanismos de adaptação

O projeto comum, a comercialização dos frutos, resulta de dois sistemas de valores entre os quais os mecanismos de adaptação são implantados. Um é trazido pela Teologia da Libertação (à qual se referem os atores locais que são dirigentes ou parceiros da COOPER) e o outro, o desenvolvimento sustentável, é um modelo trazido pelo G7 e pelo Governo Federal.

Segundo Löwy (1998), esta Teologia foi produzida por um movimento social⁶ no início dos anos 1960, frequentemente trazido pelos atores situados na periferia da Igreja Católica. A noção central desta Teologia ainda é “a opção preferencial em favor dos pobres”⁷, onde estes “são os agentes de sua própria libertação e sujeitos de sua própria história e não simplesmente como dentro da doutrina tradicional da Igreja, objeto de uma atenção caritativa” (LÖWY, 1998). Assim, a teologia da libertação introduziu uma ruptura no seio da concepção da ordem social católica, com o pobre devendo, ele mesmo, se libertar de sua condição com o apoio de outras categorias sociais. Esta teologia reconhecia sua

financiadas. Até 2005, cerca de 300 projetos foram apoiados pelo programa. Em 2009 o programa foi concluído.

⁴ Para se tornar membro da COOPER os agricultores devem contribuir com uma cota-parte (270 reais em 2007).

⁵ A empresa Vale é uma das maiores empresas mundiais de exploração de minérios (líder mundial no mercado do ferro). Esta empresa foi criada pelo governo brasileiro em 1942 com o nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 e trocou de nome em 2007. Ela possui também áreas de exploração de minério de cobre, de níquel e de bauxita. É a principal fonte de empregos da região.

⁶ Um movimento social caracteriza os comportamentos coletivos que visam transformar a ordem social pelos meios (não ou fragilmente) institucionalizados.

⁷ O teólogo considera como o fundador desta teologia G. Gutierrez cuja obra publicada em 1971 “Teologia da Libertação” (publicado na França em 1974, Ed. Lumen Vitae). Mas outros teólogos inscreveram seus trabalhos dentro desta abordagem, entre eles, R. Alves, H. Assmann, C. Mesters, L. Boff, F. Betto (que foi, durante dois anos, membro do governo do presidente Lula).

autonomia política fornecendo um quadro de ação para vencer a pobreza e não um programa político. Ela instigou a Igreja Católica em dois pontos⁸: de uma parte, ela atacava seu próprio dogma e de outra parte, a leitura de uma realidade em termos de luta de classes que se opunha à ordem social da Igreja.

Atualmente, a teologia da libertação se fundamenta em uma crítica do neoliberalismo, contra a “Teologia do Império” defendida pelo Vaticano e sobre a introdução de novas temáticas que originam uma diversificação desta abordagem: a Teologia Ecofeminista, os afro-americanos, os indígenas (LOPEZ HERNANDEZ, 2005) e a Ecologia onde o oprimido não é mais aquele que não tem acesso a justiça (os injustiçados), mas sim, o planeta. Esta Ecoteologia foi formalizada por Boff (1995) antes de ser retomada na 5ª Conferência Geral de Bispos Latino-Americanos realizada no Brasil em maio de 2007. Na opinião de muitos observadores (e mesmo no interior da Igreja), a influência desta Teologia decresceu desde a década 1980/1990. Fatores endógenos e exógenos à Igreja explicam esta evolução.

O segundo modelo de desenvolvimento mobilizado para a análise é o sustentável. Os primeiros esboços foram debatidos na reunião de Founex (1971), posteriormente com fundamentos mais sólidos, em Estocolmo (1972) e modificados no Relatório Brundtland (1987) e na Conferência do Rio (1992). Esta noção de desenvolvimento sustentável é inacabada, constantemente retroalimentada por discussões, pela evolução de conhecimentos e aparecimento de novas proposições metodológicas. Estas formam um quadro teórico-metodológico inacabado e apropriado diferentemente pelas sociedades. Este conceito aberto permite as mais diferentes formas de apropriação e de utilização. O que mais se discutiu foi a noção de ecodesenvolvimento. Sachs (1979, 1980) considerava o ecodesenvolvimento como “uma abordagem do desenvolvimento harmonizando o social e o econômico, objetivando a gestão ecológica, no âmbito de um espírito de solidariedade com as gerações futuras”. Segundo este autor, o prefixo eco (ecologicamente viável) resultava da necessidade de procurar estratégias capazes de assegurar uma produção sustentável. Este desenvolvimento deveria se fundamentar em uma ética que incluía os princípios da prudência ecológica, da solidariedade diacrônica com as gerações futuras, que não poderia se dissociar do princípio de equidade social e da solidariedade sincrônica com as gerações presentes. Sachs (1981, 1997 e 1999) pensou este modelo de desenvolvimento como endógeno, participativo e independente.

Os programas e as conferências internacionais permitiram, por sua vez, uma apropriação institucional e esta noção evoluiu para a de desenvolvimento sustentável. É, em particular, no entorno da relação entre pobreza e degradação ambiental que a noção de desenvolvimento sustentável emergiu. Contudo, segundo Leff (1998) existem diferenças marcantes entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O primeiro visava o Estado como estrategista e o planejador de um novo modelo visto como um processo de descentralização econômica e de reordenamento ambiental do espaço produtivo. A noção atual de desenvolvimento sustentável é concebida como um meio de arbitragem entre os conflitos de interesse para ir além da contradição entre desenvolvimento e meio ambiente no qual o Estado torna-se apenas o mediador entre os interesses ligados à apropriação dos recursos naturais, as estratégias das sociedades transnacionais e os direitos comunitários. Posey (1996) qualifica o desenvolvimento sustentável como uma confrontação entre a assimilação das condições de desenvolvimento sustentável, os mecanismos do mercado e os processos políticos de reapropriação da natureza, articulando as restrições econômicas (dentro do modelo liberal), sociais (a luta contra as discriminações), ecológicas (a luta contra as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, etc.) e políticas (com processos mais participativos).

É entre estes sistemas de valores que as mudanças se realizam por meio de mecanismos funcionais ou simbólicos. Assim, os primeiros subsídios dados pelo Governo

⁸ A Igreja provocou a condenação dos indivíduos reivindicando esta abordagem pela Santa Congregação para a doutrina da fé (antiga Inquisição) dirigida, durante este período, pelo futuro papa Bento XVI.

Federal à COOPER lhe permitiram o início da comercialização dos frutos. Entre 2001 e 2009, novos recursos (sempre a fundo perdido) foram obtidos no âmbito do Subprograma PD/A para melhorar a fábrica de polpas de frutas e para preservar a vegetação nativa da região. Em 2005, a COOPER recebe também os recursos do PD/A-Padeq (Projeto Alternativo ao Desmatamento e Queimadas) para lutar contra a cultura da queimada. Em contrapartida a estes subsídios, a COOPER organiza cursos de capacitação para os agricultores com o objetivo de que eles transformem seus agro-sistemas em agro-sistemas florestais. Contudo, a cooperativa luta para implantar as novas práticas mais ambientalmente corretas. A COOPER administra esta contradição concentrando suas atividades sobre a organização da comercialização dos frutos, deixando os agricultores livres para implantar a fruticultura e para preservar seus recursos extrativistas. Assim, a COOPER aceita toda a produção dos agricultores ou cooperativas aderentes sem lhes cobrar o respeito às condicionalidades ecológicas. A prioridade para a cooperativa é de aumentar a renda dos agricultores e para isto, promove reciclagens técnicas, que repousa sobre o recrutamento de voluntários. Ao longo destas capacitações a apropriação dos conceitos transmitida pela COOPER apela para a subjetividade dos agricultores. Os responsáveis pela assistência técnica e financeira habilitam os agricultores a responderem as expectativas da cooperativa, atendendo suas necessidades pela utilização de recursos próprios de maneira a que eles percebam como controlar sua própria trajetória. Este processo de empoderamento assemelha-se à representação do pobre no seio da Teologia da Libertação, na qual somente ele é o fiador de sua libertação, os outros atores devem simplesmente criar as condições desta libertação. Da mesma forma, a COOPER é uma estrutura na qual o objetivo é o de aumentar a renda dos agricultores, mas à condição de que estes produzam, eles mesmos os frutos. O projeto é, portanto, de organizar os produtores criando um mercado para que possam vender seus frutos de maneira que possam mudar o seu *status quo*.

Os caminhos do desenvolvimento sustentável

Três tipos de mecanismos de adaptação entre o desenvolvimento sustentável e a Teologia da Libertação retomam os grandes eixos conhecidos: socioeconômicos, sociopolíticos e ecológicos.

- Os mecanismos socioeconômicos

A primeira forma de cooperação entre os agricultores visava agrupar as compras indispensáveis para o funcionamento de sua pequena propriedade. Logo após o surgimento dos primeiros programas de desenvolvimento sustentável na região a COOPER foi criada, com o objetivo de candidatar-se aos créditos destes programas e buscava aumentar a renda dos agricultores, com a qual poderiam soldar suas dívidas decorridas de safras e financiamentos anteriores. Ela mesma definiu-se dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, recebendo os subsídios no contexto de financiamento de experiências deste tipo. Os agricultores responderam a estes novos recursos de duas maneiras:

- seja porque eles já possuíam um conjunto de árvores frutíferas sem que os frutos tivessem sido integrados na economia de mercado, como uma maneira de aproveitar os frutos não consumidos pela família, que apodreciam nas árvores. Neste caso, cabia aos agricultores apenas transformar e aumentar o modo de valorização dos frutos colocando-os no circuito comercial.

- para criar uma renda complementar, eles plantaram árvores frutíferas.

Atualmente, a COOPER aceita todos os frutos trazidos pelos agricultores. Seu presidente desejaria mesmo aumentar o volume de produção e expandir as redes de comercialização se aliando com outras cooperativas de produção frutícola. Contudo, a

COOPER tem dificuldades para integrar os agricultores em seus objetivos. De fato, a forma de valorização dos frutos proposta pela COOPER é menos rentável que a venda nos mercados ou a um intermediário. Normalmente, apenas os excedentes são destinados à cooperativa.

A organização desta primeira cooperativa, fundada na base da solidariedade entre os indivíduos que dividiam uma mesma condição de vida, beneficiava aos agricultores. Com a COOPER, o princípio de ação é diferente. A idéia de melhorar sua renda, transformando em mercadoria os frutos desperdiçados e vendendo-os nos mercados, o processo de endividamento ocorrido um pouco antes lhes obrigava a dispor de liquidez. Na nova organização, as regulações do mercado são administradas principalmente pela COOPER com a transformação dos frutos. Isto permite o fornecimento regular aos seus clientes assim como a manutenção de produtos de qualidade homogênea (misturando frutos de diversas procedências).

Os agricultores aceitam estas novas regras em função de seus objetivos, que são, em sua maioria, o de aumentar a renda para garantir a mobilidade social de seus filhos e deles mesmos. Às vezes, em alguns produtores o projeto de mobilidade social está fortemente enraizado, o que pode ser explicado pelas suas trajetórias. Atualmente, a maior parte dos produtores é de migrantes que ali chegaram a partir do início dos anos 1980 para fugir da miséria e da precariedade de suas condições de vida. Eles esperavam encontrar na Amazônia melhores condições de trabalho. Filhos de camponeses sem terra, trabalhando em propriedades que não lhes pertenciam, a Amazônia parecia-lhes a promessa de uma vida independente. Para alguns esta promessa se realizou, para outros trabalhadores não, continuam posseiros. O projeto de mobilidade social se inscreve em suas trajetórias, visto que a migração de seus pais representa somente a primeira etapa. Para a maioria católica entre eles, podem-se observar similitudes entre a Teologia da Libertação quando a esperança de uma vida melhor é encarnada em uma temporalidade humana e a propriedade da terra por indivíduos e como esses agricultores se projetam dentro de uma mobilidade social. Esta Teologia permite dar um sentido à existência terrestre dos agricultores, legitimando seu projeto de mobilidade social e fornecendo-lhes os meios para esta mobilidade. Esse projeto de mobilidade engaja todo o grupo familiar, orientando a forma como ele estrutura a organização da produção e do conjunto de práticas da família (educação, saúde etc.).

Para realizar este projeto de mobilidade, o agricultor é habitualmente obrigado a ter uma produção diversificada, incluindo o gado, que é detentor de uma forte valorização social. Ao lado destas árvores frutíferas, cultivam cereais, têm uma horta, criam algumas aves, sobretudo frangos, e pequenos animais. Possuem um pequeno rebanho bovino (de algumas cabeças a várias dezenas). A fruticultura continua sendo uma produção secundária que gera problemas em função da necessidade de água e de mão de obra para sua colheita. Mas, estes frutos representam ao mesmo tempo uma fonte de renda, quase permanente, para a família. As explicações dadas por um dos produtores entrevistados é que para liquidar as despesas de mensalidade e material escolar para seus filhos, ele aguava as árvores frutíferas provocando a floração e depois o processo de maturação do fruto que, três meses mais tarde estavam prontos para serem vendidos. A venda de um bezerro, ao contrário, permitia-lhe cobrir uma despesa imprevista. Cada vez mais a fruticultura, especialmente a do açaí, pode ser a única forma de valorizar algumas áreas úmidas, pantanosas ou algumas zonas dificilmente valorizáveis.

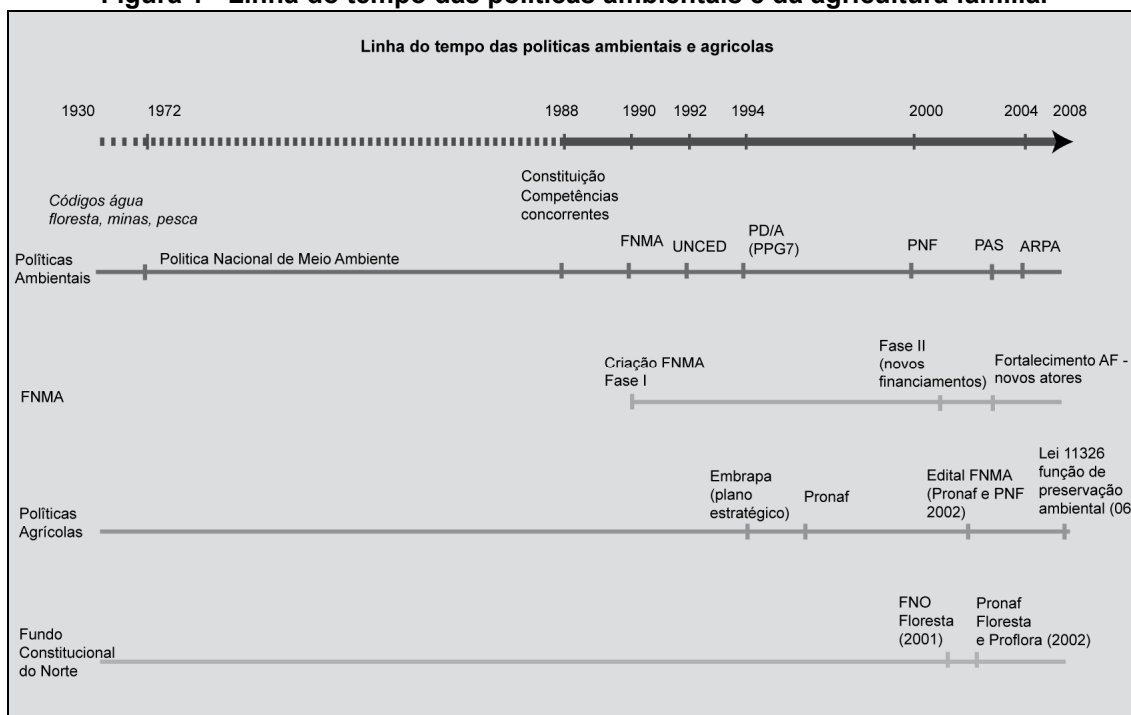
Geralmente esta nova produção permite aumentar a renda dos agricultores. Além do mais, a regularidade dessa renda, disponível após cada venda de frutos, permite ao agricultor administrar, em longo prazo, seu projeto de mobilidade social. Dentro desta organização é a COOPER quem articula as regras de mercado, estruturando-se na linha da comercialização e aquelas oriundas dos projetos dos agricultores para que eles consigam melhorar sua renda.

Durante os anos 1980, as políticas públicas e especialmente as políticas ambientais foram modificadas pela aplicação de normas e instrumentos de controle. Depois, a preparação internacional e nacional da Conferência do Rio (1992) criou uma dinâmica favorável ao desenvolvimento sustentável. Neste período foram elaborados programas e projetos sustentáveis realizados por associações e cooperativas, por organizações não governamentais, pelas municipalidades e alguns centros de excelência em pesquisa. Essas instituições, responsáveis pela execução das políticas ambientais, gradualmente conseguiram convencer os agentes econômicos de se envolverem nesses projetos. Se esta dinâmica era propícia a difusão de idéias, sua eficácia foi mais lenta. Concretamente, o governo criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) com o objetivo de financiar projetos de criação de unidades de conservação, de gestão de recursos naturais, de educação ambiental, pesquisa etc. A primeira fase de financiamento do FNMA, de 1990 a 2001, financiou mais de 400 projetos. Contudo, a utilização destes fundos para apoiar especialmente pequenos produtores rurais a respeitar as características do ecossistema local somente começou em 2001, quando a segunda fase estendeu a possibilidade de uso dos recursos para a agricultura familiar. A partir deste edital, incluiu-se o financiamento de projetos que visassem à produção e a proteção do meio ambiente, localizados nas zonas rurais, sobretudo em lotes dos assentamentos agrários.

Simultaneamente, as doações do G7 ao Programa Piloto de Proteção da Floresta Tropical do Brasil contribuíram para difundir as idéias do desenvolvimento sustentável por meio de diversos projetos. O objetivo destes projetos era a elaboração de políticas de recursos naturais, a demarcação de terras indígenas, a experimentação de modelos de gestão participativa (algumas Reservas Extrativistas e os projetos demonstrativos - PD/A). A implantação do programa se estendeu por 15 anos (1994 e 2009) e financiou aproximadamente 400 projetos demonstrativos, incluindo indígenas e comunitários.

O Fundo Constitucional do Norte (1988) também contribuiu para a produção agrícola brasileira, destinada especialmente aos produtores da região Norte. Há linhas de crédito que são destinadas tanto a empresas quanto a pequenos produtores rurais. Entretanto, somente depois de 2002 que esse fundo estabeleceu prioridade à proteção do meio ambiente e à criação de novos centros de atividades e pólos de desenvolvimento reduzindo os desníveis sociais e econômicos entre as regiões brasileiras.

Esta síntese de programas de financiamento público, conforme mostra a figura 1, para o desenvolvimento sustentável permitiu reorientar outros fundos públicos para experiências de outros sistemas agrícolas no seio da agricultura familiar. É em função de seus conteúdos que se selecionam os projetos que devem obter estes financiamentos. Esta operação traduz a passagem para novas formas de racionalidade reflexiva e processuais no âmbito dos processos de tomada de decisão. Assim, os projetos selecionados devem testemunhar a capacidade dos atores locais servir-se das mesmas categorias de pensar e de *savoir-faire*, que aqueles utilizados pela administração federal. É essa competência que foi adquirida pela COOPER. A mudança de formas de racionalidade repousa sobre uma responsabilização das organizações que devem desenvolver o projeto: a cada um de tomar suas próprias decisões e depois de realizá-las no âmbito de uma “ética da responsabilidade”. Esta nova forma do político reenvia assim a uma extensão do princípio de responsabilidade.

Figura 1 - Linha do tempo das políticas ambientais e da agricultura familiar

Elaboração: Autores, a partir de diversas políticas públicas. 2009.

É com essa competência face à gestão do meio ambiente que a COOPER tenta modificar os modelos de desenvolvimento. Responsabiliza-se pela capacitação fundamentada sobre a experiência pela qual os agricultores avaliam a pertinência destas novas práticas em função de sua própria experiência e de sua responsabilidade. Esta deve favorecer a apropriação das novas regulações pelos agricultores. Essa forma de apropriação assenta-se em um discurso propondo a tomada de consciência dos efeitos de suas práticas sobre o meio natural. Trata-se, para eles, de “serem conscientes”, conscientes das conseqüências de suas ações sobre o meio e do seu papel em sua própria trajetória. Como testemunha, um *slogan* no meio da sala de capacitação da COOPER: “Somos parte da natureza e nossas atitudes sempre interferem no meio em que vivemos”.

À imagem de comunidades católicas, a COOPER mobiliza o senso de responsabilidade dos agricultores para modificar seus modelos de desenvolvimento. Isto os habilita a controlar seu impacto sobre o meio e, em um segundo tempo, sua própria trajetória. Assim, as normas ambientais impostas à COOPER pelo governo federal são externalidades em direção aos agricultores por meio de um processo de reconhecimento social de sua própria capacidade de controlar sua ação ambiental e sua vida. Entretanto, a eficácia destes programas ainda é incerta. Os agricultores que participaram destas capacitações possuem reticências para modificar suas práticas. A maior parte dos produtores reduziu as queimadas sem eliminá-las totalmente. Somente os agricultores da APA Igarapé Gelado (onde as queimadas são proibidas) aparecem respeitar essa restrição depois dos anos 2000. É este mecanismo de responsabilização que repercute no processo de empoderamento visível nos modos de ação da COOPER e das comunidades de base que ensinam a Teologia da Libertação, quando o pobre está habilitado, dentro de sua capacidade, a liderar sua condição.

Um dos pontos comuns entre as duas estruturas de cooperativa continua sendo que eles não possuem nenhuma capacidade coercitiva direta, nenhuma possibilidade por restrição direta do comportamento de seus membros. Assim, a solução escolhida para modificar a atividade social na falta da capacidade coercitiva, é fundamentar as novas regulações no seio das subjetividades dos indivíduos por sua responsabilização, dando-lhes um papel novo.

- Os mecanismos ecológicos

Nos assentamentos agrários cada agricultor não organiza seus 50 hectares com base nas características ambientais, eles desmatam antes de cultivar porque foi preciso garantir a sua apropriação da terra. Alguns entre eles disseram terem freqüentemente visto (e vêem ainda) onça e outros animais selvagens dentro de seus lotes⁹. Esta ocorrência permitiu-lhes adquirir uma familiaridade com a fauna, introduzindo relações mais estreitas de comensalidade do que predação, reforçando a idéia de uma espécie de continuidade entre a sociedade humana e a natureza. É essa continuidade que se inscreve dentro de sua área. Uma área que é considerada um instrumento de produção para assegurar as necessidades de sua família. Assim, o lote deve, antes de tudo, responder por objetivos produtivos e não a outras preocupações com a proteção do meio ambiente ou a destruição da fauna e da flora identificadas como selvagem (MICOUD, 1993). Neste contexto, a atribuição de subsídios pelo governo federal demanda uma reavaliação das condições ambientais de produção.

A COOPER se incumbe da responsabilidade de difundir junto aos agricultores as práticas inovadoras mais respeitadas das dinâmicas naturais. As observações e análises relacionadas aos efeitos das práticas agrícolas sobre o meio são baseadas na síntese elaborada por Marchand (2007)¹⁰. Os aportes ambientais diretos dos dois projetos PD/A parecem reduzidos. O objetivo da COOPER é somente encorajar a implantação da fruticultura, mais respeitosa do meio ambiente, pela oferta de vendas comerciais, ela não destina nenhuma ajuda financeira direta aos agricultores pela preservação dos recursos naturais. Assim, os agricultores fornecedores regulares da cooperativa não cultivam, por sua própria iniciativa, novas áreas frutícolas (somente três em um total de 40). As plantações esparsas de cupuaçu, de goiaba, de cajá, de banana, as culturas de pimenta bem como as atividades de extrativismo geralmente são suficientes para cumprir as metas que o agricultor se determinou. Em revanche, os projetos satélites da COOPER (os projetos PADEQ¹¹ e açai¹²) com o favorecimento da implantação dos sistemas agroflorestais por diversos parceiros técnicos ou financeiros como a Vale e a Prefeitura de Paraúpebas, permitem a implantação de novas dinâmicas de paisagem, novas associações de plantas ganham espaço sobre as pastagens, por exemplo. Esta constatação significa que a implantação das culturas frutíferas em sistemas mais ou menos diversificados é ainda tributária de iniciativas específicas. A ação ambiental da COOPER, mais difusa, tem dificuldade de se realizar concretamente.

O balanço geral é que os agricultores percebem geralmente a utilidade de conservar em bom estado suas terras de fruticultura ou mesmo lhes melhorar. O problema que se coloca é mais com o extrativismo e com as demandas reiteradas de práticas extrativistas ecologicamente sustentáveis inscritas no âmbito dos objetivos dos projetos PD/A de 2001 a 2005. De fato, a rentabilidade econômica do cultivo dos açais antigos é média. Os agricultores preferem sacrificar estas superfícies em função de outras plantações (bananeiras geralmente, mas também açai modificado que cresce mais rapidamente). A leitura ambiental destas práticas mostra que elas perturbam as dinâmicas naturais, contribuindo para a erosão da biodiversidade e para a redução do potencial dos cursos d'água. Mais amplamente, os sistemas agro-florestais implantados são dominados por espécies nos quais os frutos podem ser rapidamente comercializados (cupuaçu, goiaba). Da mesma forma, existem poucas plantações florestais (poucos pés de ipês ou mogno). A diversidade de espécies é bastante empobrecida em relação às formações vegetais "secundárias" ou "primárias". Paralelamente a esta primeira evolução, pode-se constatar que

⁹ Atualmente se constata uma redução da freqüência de animais não domésticos, o que se explica por conta de uma nova divisão do espaço entre os animais selvagens e humanos assim como uma rarefação destes animais além dos pássaros.

¹⁰ G. Marchand, 2007, *Synthèse de terrain: Projets PD-A dans la région de Paraúpebas*, DURAMAZ-IHEAL.

¹¹ «Alternatives écologiques pour la durabilité de l'agriculture familiale dans l'APA Igarapé Gelado».

¹² «Projet de restitution des açais et châtaigneraies de l'APA Igarapé Gelado».

os agricultores consideram cada vez mais os apoios de certas práticas evocadas nas reuniões organizadas para a participação das comunidades nos projetos de desenvolvimento sustentável. Assim, os solos não são jamais expostos na maior parte dos lotes observados, os agricultores explicam que a cobertura morta sobre a terra é um meio de preservar sua fertilidade. Da mesma maneira, para alguns agricultores, as plantações de açaí ou de buritis permitem de bombear a água subterrânea e de “engrossar” os cursos d’água.

Sintetizando, as normas ambientais introduzidas pela COOPER permanecem moderadas, devido principalmente, a competição entre as formas de regulação. De fato, como já mencionado, o objetivo da atividade agrícola para os produtores é o produtivo. As normas refletem este objetivo: a prioridade é dada às espécies mais rentáveis economicamente e as modificações de suas práticas são efetuadas visando melhorar as qualidades produtivas do lote. O agricultor não se recusa a aplicar as regulações melhorando as qualidades ambientais de seus lotes desde que elas lhe permitam manter o nível de renda. Este objetivo produtivo se baseia no conhecimento concreto de seu lote baseado nas experiências anteriores. Ora, a luta de cada indivíduo contra a erosão da biodiversidade e as mudanças climáticas contribui na escala global do planeta. Este duplo salto entre o global e o local e entre o abstrato (biodiversidade e mudança climática) e o concreto (lote) parece dificilmente apropriável pelos agricultores. Seu tipo de conhecimento do meio não é hermético a um pensamento sistêmico. Alguns entre eles obtêm sucesso ao articular os diversos elementos da natureza a (o recurso água, por exemplo) a partir de uma reflexão relevante desta abordagem. Em revanche, todas as práticas que foram modificadas encontram suas justificativas no ambiente imediato do lote para resolver problemas concretos, o que não é o caso da luta contra a erosão da biodiversidade.

Segundo Marchand (2007) somente as normas ambientais colocadas em prática junto aos agricultores da APA Igarapé Gelado parecem ser eficazes. Quando da redação do primeiro projeto PD/A, a gestão ecológica dos campos de açaí aparecia como uma das prioridades. Foi preciso, entretanto, esperar a chegada dos projetos PADEQ e os financiamentos da empresa Vale para que ele fosse implantado. Isto significa que fazendo baixar o nível de concorrência entre as regulações econômico-produtivas e ambientais de maneira restritiva (estatuto de APA) ou por dispositivos de compensação (com os financiamentos da Vale) as regras ambientais podem ser inscritas sustentavelmente nas práticas dos agricultores.

Conclusões

A análise da experiência de desenvolvimento sustentável realizada pela COOPER mostra a maneira pela qual as novas normas ambientais são implantadas articulando-se com as regulações de controle e autônomas. Da mesma maneira, a análise dos dois tipos de regulação efetuada foi possível pela proximidade entre dois sistemas de valores. Os dois sistemas de valores são, de um lado, aquele introduzido pelas políticas públicas em torno da noção de desenvolvimento sustentável e aquele dos atores locais inspirados na Teologia da Libertação. A adaptação concreta das normas foi efetuada por mecanismos que permitiram a tradução das palavras do desenvolvimento sustentável por meio dos princípios da Teologia da Libertação. Mais precisamente, três tipos de mecanismos puderam ser identificados:

- os mecanismos socioeconômicos: que asseguram uma adaptação entre os subsídios (financeiros e técnicos) dados para o desenvolvimento sustentável e o aumento da renda dos agricultores pela comercialização de seus frutos pela COOPER;
- os mecanismos sociopolíticos: garantindo o engajamento dos agricultores, a título individual, levando em conta as regulações ambientais por sua responsabilização e habilitação de sua capacidade de construir sua própria trajetória;
- os mecanismos ecológicos: fundamentado na prática dos agricultores as novas regulamentações ambientais fazem convergir as restrições ambientais e as produtivas.

Esta implantação conjunta dos mecanismos permitiu transformar a noção abstrata de desenvolvimento sustentável, de modo que as regulações lhes são associadas em normas operacionais para os agricultores. As tensões no processo de adaptação permanecem em função da concorrência entre as regulações de ordem econômico-produtiva e as normas ambientais. Uma vez superado este obstáculo, os agricultores modificaram significativamente suas práticas.

Referências bibliográficas

ADAMS, W. M. **Green development.** environment and sustainability in the third world. 5. ed. London and New York: Routledge, 1990.

ALBALADEJO, C.; ARNAULD DE SARTRE (ed.). **L'Amazonie Brésilienne et le développement durable.** Paris: L'Harmattan, 2005.

ATLAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA. **Unidades Federais.** São Paulo/ Metavideo: SP Produção e Comunicação Ltda, 2004.

BARTH, M. **La théologie de la libération aujourd'hui.** 2006. Disponível em: <<http://www.walterinfos.org/spip.php?article423>>.

BOFF, L. 1995. **Dignitas Terrae, Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995.

BOYER, R.; SAILLARD, Y. (ed.). 2002. **Théorie de la régulation:** l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 2002.

FAVREAU, L.; FRÉCHETTE, L. **Mondialisation, économie sociale, développement local et solidarité internationale.** Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2002.

FAVREAU, L.; CONNEAU, Y. **Emploi, économie sociale et développement local:** les nouvelles filières. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2001.

GENDRON, C. **Le développement durable comme compromis:** la modernisation écologique de l'économie à l'ère de la mondialisation. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006.

GLAESER, B. (ed.). **Ecodevelopment, concepts, projects, strategies.** Oxford: Pergamon Press, 1984

HOUTART, F. **L'état actuel de la théologie de la libération en Amérique Latine.** 2006. Disponível em: <<http://www.alterinfos.org/spip.php?article424>>.

LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins) e MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da agricultura familiar e plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do sudeste do Pará.** Marabá: LASAT, 2006.

LEFF, E. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, P. F. et al. (org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil:** a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre/Florianópolis: Editora Pallotti/APED, 1998.

LOPEZ HERNANDEZ, E. **Théologie indienne d'Amérique latine:** dieu, traditions indigènes et mondialisation. 2005. Disponível em: <<http://www.walterinfos.org/spip.php?article930>>.

LÖWY, M. 1998. **La guerre des dieux, religion et politique en Amérique latine**. Paris: Ed. du Félin, 1998.

MICOUD, A. **Vers un nouvel animal sauvage: le sauvage «naturalisé vivant»?** *Natures, sciences, sociétés*, 1993, 1 (3), pp. 202-210.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/FAO. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Região Norte. s/data, s/editora, s/ano.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Coordenação do Programa Piloto. **Relatório consolidado de avaliação do programa piloto para proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Coordenação de Rafael Pinzón Rueda. Brasília: MMA, 2006, 157 p.

POSEY, D. A. 1996. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In: PAVAN, C. (Ed.). **Amazônia: uma estratégia latino-americana para a Amazônia** (vol. 1, pp. 149-157). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal & Editora da Universidade de São Paulo.

REYNAUD, J.-D. 1993. **Les règles du jeu, L'action collective et la régulation sociale**. Paris: Armand Colin, 1993.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. Tese de doutorado (Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1999.

ROUSSEAU, S.; ZUINDEAU, B. 2007. Théorie de la régulation et développement durable. **Revue de la régulation, capitalisme, institutions et pouvoirs**, 2007, n. 1. Disponível em: <<http://regulation.revues.org>>.

SACHS, I. Colonisation et écodéveloppement. In: **Colloque en l'honneur de Pierre Monbeig, Les phénomènes de «frontière» dans les pays tropicaux**. 1979, Paris, 1981.

_____. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980.

_____. **L'écodéveloppement: stratégies pour le XXI siècle**. Paris: Syros, 1997.

_____. **Vers l'éco-socio-économie?** (Entretien par S. Allemand), *Sciences Humaines*, n. 92, 1999, Paris.

SMOULTS, M.-C. 2001. **Forêt tropicales, jungle internationale: Le revers d'une écopolitique mondiale**. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1965.

VIVIEN, F.-D. **Le développement soutenable**. Paris: La Découverte, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO J.-C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2ª. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.